

José Jair Ribeiro
Maurício Perondi
Miriam Pires Corrêa de Lacerda
Patrícia Krieger Grossi
(Orgs.)

Juventudes na Universidade

olhares e perspectivas

**José Jair Ribeiro
Maurício Perondi
Miriam Pires Corrêa de Lacerda
Patrícia Krieger Grossi
(Orgs.)**

Juventudes na Universidade: olhares e perspectivas

**Redes Editora
Porto Alegre
2014**

Capítulo 5

AS JUVENTUDES E AS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES DAS VIOLÊNCIAS: UMA REFLEXÃO ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Giovane Antonio Scherer¹

Patrícia Krieger Grossi²

Beatriz Gershenson Aginsky³

1. Introdução

A violência se constitui como um termo muito utilizado na contemporaneidade, sendo que, muitas vezes, o seu debate se materializa de forma fragmentada, ocultando muitos processos que são fundamentais para a compreensão desse elemento em suas múltiplas dimensões. A relação entre juventudes e violências, em muitos contextos, denunciam abordagens que esfumaçam mediações necessárias na compreensão da complexidade do debate a qual acarretam em processos de culpabilização desse segmento social que vem vivenciando de forma particular o contexto de violência na realidade brasileira.

O presente capítulo pretende apresentar o debate sobre juventudes, violência e ética, a fim de desvendar as percepções da juventude sobre tais temáticas. Apresenta-se a análise das falas das juventudes a respeito da temática violência, bem como, suas formas de manifestação e naturalização por meio de diversos processos sociais, buscando realizar uma mediação com o conceito de ética e sua importância como forma de enfrentamento à cultura da violência potencializada no contexto atual.

Nesse sentido, refletir sobre a relação entre violências e juventudes mostra-se de fundamental importância, uma vez que, os(as) jovens vêm se constituindo como o segmento social que mais vem sofrendo com as múltiplas formas de violência observada no contexto atual. Assim, o presente capítulo busca analisar, especialmente por meio do grupo focal sobre a temática “ética, moral e violência”, o que os(as) jovens compreendem como violência e como visualizam as múltiplas manifestações das violências em seu cotidiano.

1 Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Professor da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Integrante do Observatório Juventudes PUCRS.

2 Assistente Social. PhD em Serviço Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Pesquisadora do Observatório Juventudes PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos.

3 Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

2. Juventudes e Violências: Reflexões Éticas sobre a Conjuntura Juvenil.

Compreender as relações entre violência e juventudes mostra-se de fundamental importância, uma vez que, muitas vezes, este debate é feito de forma fragmentada, dando contornos preconceituosos, resultando em uma visão estereotipada deste segmento social. Questionar como as juventudes vêm vivenciando as múltiplas manifestações das violências, é premissa fundamental para a análise do contexto juvenil na contemporaneidade, isso porque diversas pesquisas⁴ apontam que as juventudes se constituem como o segmento social que mais vivencia os impactos da conjuntura de violência na realidade brasileira. Portanto, se torna fundamental conceituar o termo violência, na perspectiva de compreender as suas múltiplas manifestações no cotidiano das juventudes.

A violência se constitui como um fenômeno construído social e historicamente, não existindo uma definição única, sendo que cada cultura e sociedade a conceituam a partir de seus valores. O termo “violência” remete-se a um leque heterogêneo de significados e manifestações que são percebidos de maneiras distintas em cada situação específica e lugar de onde se observa o fenômeno (SCHERER, 2013). Apesar da complexidade conceitual do termo, pode-se perceber que há um núcleo central atrelado, de uma ou outra forma, à noção de agressão física ou moral, que pode causar danos ou sofrimentos a pessoas ou grupos (WASELFISZ; MACIEL, 2003).

Para Chauí (1999), a palavra violência possui cinco sentidos fundamentais sendo: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito, 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

Nesse sentido, todo ato de violência se constitui como uma ação contrária à ética, uma vez que ação violenta trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos (CHAUI, 1999). Desta forma, toda a ação violenta contra outra pessoa se configura em uma ação de reificação do outro, isso é, um ato de transformar o outro em objeto. O termo reificação diz respeito ao processo que implica na coisificação das relações sociais, dadas a partir da ação de “privilegiar os atributos das coisas materiais em detrimento as relações sociais que as qualificam” (IAMAMOTO, 2007, p. 57). Nesses termos, as relações de violência, se constituem em ações reificadas, na medida em que o sujeito ético como figura racional, voluntária, livre e responsável, passa a ser tratado como se fosse despro-

4 Com especial destaque para os estudos realizados por WASELFISZ, (2011 e 2013), nos diversos mapas da violência.

vido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade, isso é, sendo tratado(a) não como humano(a) (CHAUI, 1999).

A reflexão desse processo, isso é, da base violenta que desencadeia processos de retificação no atual contexto social, se constitui como uma importante reflexão no campo da ética, que se configura como a antítese da lógica coisificada que os processos de violência geram. Isso porque a ética se constitui uma relação social, relação de mediação entre os imperativos exteriores, que são representados pelos costumes, sistema de normas concretas e abstratas, opinião pública, que compõem a esfera da legalidade, e a adesão ou rechaço do indivíduo aos conteúdos morais desse sistema de legalidade, que constitui a esfera da moralidade (HELLER, 1998). Portanto, Chaui (1999) afirma que a ética se dedica à reflexão sobre as coisas referentes ao caráter e à conduta dos indivíduos e por isso volta-se para a análise de um conjunto de ideias que são valores propostos por uma sociedade e para a compreensão das condutas humanas individuais e coletivas, indagando sobre suas causas ou motivos, seus sentidos, seus fundamentos e finalidades. É nessa perspectiva que o questionamento sobre a violência se constitui em uma reflexão ética, uma vez que questiona uma conduta humana que tem em seu cerne a violação do direito de outrem, sendo necessária em um contexto em que, muitas vezes, tais formas de violações são naturalizadas. O questionamento das múltiplas formas de violência vivenciadas por todos os sujeitos, especialmente para quem é jovem na conjuntura atual, se constitui em uma necessária práxis ética, representando uma “crítica da moral dominante e prática de defesa de direitos e valores emancipatórios” (BARROCO, 2008, p. 17). Nessa perspectiva, com o intuito de perceber como o segmento juvenil vem compreendendo o contexto de violências presente na sociedade e nas suas relações sociais, os(as) participantes da pesquisa foram questionados(as) a respeito da sua percepção em relação à categoria violência. Os debates realizados nos grupos focais indicam que os jovens e as jovens percebem a violência para além da agressão física, como um conjunto complexo de ações, de diversas ordens, que possui relação com a lógica de desrespeito a outro sujeito.

Acho que qualquer forma de desrespeito com outra pessoa é violência. A partir do momento que tu falta com o respeito, falta educação e tu é agressivo... Não precisa ser agressivo, às vezes uma palavra, o jeito que tu fala, como ele disse, preconceito, já é um tipo de violência (GF4; S5)⁵.

Sendo assim, pensar o debate de violência no contexto atual nos remete a pensar em um fenômeno plural, manifestado de diversas formas que traz em seu

5 Para melhor entendimento dos registros esclarecemos que o S seguido de um algarismo que aparece logo após o parêntese, indica o número que cada um dos(as) universitários(as) recebeu ao chegar, tendo em vista favorecer a fidedignidade no apontamento das falas de cada um(a) dos(as) participantes do grupo e GF4 identifica que se trata do Grupo Focal que tomou em questão a temática “Ética, Moral e Violência”.

cerne uma lógica violadora, que reifica o outro. Nesta esteira, os(as) jovens vêm sendo um dos segmentos sociais mais afetados pelas múltiplas formas de violência. Este dado pode ser verificado ao analisar os últimos Mapas da Violência, onde as juventudes são destacadas como uma das principais vítimas da violência. Segundo o Mapa da Violência de 2011 é na faixa “jovem”, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens. O Mapa da Violência de 2013 refere que o corte na mortalidade por arma de fogo entre os(as) jovens e o conjunto da população vai se ampliando ao longo do tempo: se nos primeiros anos da série, a taxa jovem era 75% maior à da população total, nos últimos anos gira em torno de 116%, isto é, mais do que o dobro. Neste panorama, é possível observar um contexto de insegurança vivenciado pelas juventudes, que é referido pelos(as) participantes do estudo conforme segue a fala a seguir.

A violência não tem hora ou lugar marcado. Ela pode acontecer em qualquer lugar. Até mesmo num lugar seguro. Mas existem lugares em que a violência é mais frequente. Por exemplo, bairros da periferia... às vezes do centro também ocorre violência. Até mesmo dentro dos ambientes seguros (GF4; S9).

A fala do sujeito demonstra a fragilização dos ambientes seguros, sendo que se torna cada vez mais escasso o sentimento de segurança na sociedade. Segundo Baierl (2004) o medo se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres humanos, que no contexto atual ganha uma nova configuração na forma de um “medo social”, em função da potencialização da insegurança na sociedade. O medo social está atrelado à insegurança e afeta as pessoas em sua existência, dando novos ritmos e sentidos ao seu cotidiano, alternando a arquitetura de suas casas, mudando trajetos e formas de ocupar a cidade e seus territórios. Este medo se expressa de forma diversa, nos diferentes segmentos de classe, e, conseqüentemente, as respostas e reações a estes medos também são distintas (BAIERL, 2004). Tal contexto de insegurança e medo são catalisados por processos de violência, que devido à sua presença constante pode contribuir para a naturalização dos processos violadores e ao fortalecimento de uma cultura da violência por parte da população.

A violência está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado ou uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros. Possui conotação político-econômica e sociocultural, podendo ser principalmente ideológica ou principalmente física (IANNI, 2004, p. 174).

A cultura da violência acaba contribuindo para sua banalização. Diante deste contexto, os(as) jovens também referem que percebem um processo de naturalização da violência na sociedade atual, conforme pode ser visualizado na fala a seguir:

Tu vai ver uma notícia ‘tantos mortos’, não sei o quê. Tá, tu vê isso todo dia. Às vezes tu nem considera isso como uma novidade. Porque tá ali no cotidiano (GF4; S8).

Desta forma, Scherer (2013) refere que existe o grande risco dos processos de naturalização e banalização das violações de Direitos Humanos, uma vez que a não percepção de violações enfraquece a luta pelo reconhecimento de tais direitos, sendo fundamental que as juventudes possam ter ciência de seus processos de violação, para que consigam buscar mecanismos de garantia desses direitos. Nessa perspectiva, as juventudes, em suas falas, referem à percepção das violências de diversas formas, em diversos ambientes. Como forma de ilustrar uma forma de violência que está além de uma agressão física, os(as) jovens citam o *bullying*.

Essa coisa de agressão só com a boca, por exemplo. Eu posso citar o *bullying*, por exemplo. O *bullying*, eu já fui vítima de *bullying* e eu acho que *bullying* é uma coisa errada, que tem que haver uma educação, uma certa educação pra orientar pra não fazer ofensas nem quanto à pele, quanto à aparência, sobre religião ou crença da pessoa, por exemplo (GF4; S9).

O *bullying* também aparece nas falas dos(as) jovens, por ser um fenômeno experienciado por muitos(as) deles(as). A literatura especializada aponta que o *bullying* é uma forma de agressão utilizada por jovens, em uma relação entre pares, que se manifesta como um abuso de poder, uma que a prática do *bullying* possui a intencionalidade de humilhar, agredir e dominar, podendo se manifestar de diferentes formas. Para Pepler et al. (2009), trata-se essencialmente de um problema de relacionamento entre pares, necessitando de intervenções enfocadas na melhoria das relações interpessoais.

As formas mais frequentes de *bullying* são: verbal (insultar, ofender, falar mal, colocar apelidos pejorativos); física e material (bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences do(a) receptor(a)); psicológica e moral (humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar); sexual (abusar, violentar, assediar, insinuar); virtual ou *Cyberbullying* (realizado por meio de ferramentas tecnológicas: celulares, filmadoras, internet, redes sociais, entre outros) (FANTE, 2005). Há algum tempo, esse fenômeno tem ganhado destaque na mídia, com ênfase para algumas graves situações, que resultaram em mortes e suicídios de estudantes. Para Morrison (2006), este ocorre, através do abuso sistemático do

poder, que inibe o desenvolvimento dos(as) jovens e assim, muitas das vítimas tendem a sofrer de depressão, estresse pós-traumático, e, em casos mais extremos, apresentam ideias suicidas, entre outros sofrimentos.

Outro(a) jovem no grupo focal identifica que o *bullying* ocorre em todas as faixas etárias, trazendo essa perspectiva de perpetuação desse fenômeno durante o ciclo vital.

Mesmo a gente jovem, adulto, o *bullying* não termina. A gente vê *bullying* com idosos... Mas quando, pelo menos quando eu tava na escola, não tinha na mídia, por exemplo, “*bullying, bullying, bullying*” toda hora. Então, pra nós, de certa forma, pra mim, não era *bullying*. Era uma brincadeira. “Ah, to só brincando, só caçoando do meu colega”. Então, agora eu acho que a coisa ta mais fervorosa tanto na mídia quanto nas nossas cabeças (GF4; S5).

Pepler et al. (2009) reconhecem que a prática do *bullying* pode se manifestar de diferentes formas durante o ciclo vital, podendo assumir a forma de assédio moral no ambiente de trabalho e outras formas de agressão nos relacionamentos interpessoais, seja nas relações de namoro, no casamento ou com pessoas idosas. Torna-se necessário desnaturalizá-lo e reconhecê-lo, pois frequentemente este comportamento é considerado uma “brincadeira”. Considerá-lo como uma violência, buscando o seu processo de desnaturalização mostra-se como um movimento fundamental para o questionamento de formas de relação que são calcadas em um processo de desvalorização do outro. Além do *bullying*, os(as) jovens citam outras formas de violência que observam em seu cotidiano, referindo o ambiente doméstico como um espaço onde ocorrem diversas violências que, muitas vezes, ficam naturalizadas e invisibilizadas. Segundo Schraiber et. al (2003) o silêncio e a invisibilidade são temas associados à violência, uma vez que experimentar situações de violência, especialmente quando esta é de natureza doméstica, tem se mostrado vivência de difícil revelação, ficando oculta nas relações familiares. Quando questionados, no grupo focal, sobre o local no qual mais percebe a violência, a narrativa a seguir revela o espaço doméstico como o local mais recorrente:

Acho que é em casa (risos) “Ah, cala a boca, não fala! To assistindo novela agora! Ah, vai dar uma notícia importante na tv: fica quieto!” Aí todo mundo tem que ficar quieto. E não respeitar, tipo “agora eu não quero olhar tal coisa”, “ah, mas tem que olhar” Acho que isso é a maior violência. “Ai, eu não to a fim de olhar” Ou “quero escutar o rádio”, “não, mas agora tem que olhar novela, porque vai começar o capítulo”. Eu, na minha casa, é isso, todo mundo tem que ta olhando televisão, porque se alguém se perder... meu pai e a minha mãe... “não, tem que voltar, tem tv”. É meio difícil assim (GF4; S1).

Neste sentido, a presente fala reflete o pensamento de Novaes (2006) ao olhar para o contexto das juventudes e analisar o nosso tempo e a nossa cultura, na qual a definição de “ser jovem” segue disputada nos campos políticos e econômicos, e também implicando conflito entre gerações. Tais disputas têm no ambiente doméstico, muitas vezes, seu palco no âmbito das relações de força, que dão visibilidade para uma perspectiva adultocêntrica presente tanto na análise da realidade para as juventudes, como em diversas ações que buscam secundarizar o contexto juvenil. Para Góis (2013) o adultocentrismo pode ser definido como um conjunto de ideias e atos preconceituosos, dirigidos para os(as) jovens, que são frequentemente infantilizados(as). Para esta perspectiva, a juventude é entendida enquanto um estado de incompletude no qual os(as) jovens se constituem incapazes de tomar decisões, necessitando terem os seus comportamentos tutelados constantemente e passam a ser vistos(as) como objeto e não como sujeitos da ação. A fala do(a) jovem citada acima dá visibilidade para um contexto adultocêntrico que traz consigo uma violência simbólica presente nas relações sociais cotidianas vivenciadas.

Porém, ao mesmo tempo em que esses(as) afirmam que o espaço doméstico é um dos principais locais onde percebem atos de violência, afirmam encontrar na família seu espaço de proteção e apoio. Conforme os dados quantitativos da pesquisa, a maior fonte de apoio é a família, sendo que 4085 jovens responderam que se sentem apoiados(as) por ela (81,7%), 3533 jovens também referiram que a família contribui para o amadurecimento pessoal, o que equivale a 70,8% da amostra. Se levarmos em consideração a opinião dos(as) jovens que concordam parcialmente com esta afirmação, este índice sobe para 92,7%.

No grupo focal, os(as) jovens reiteram essa concepção quanto à importância do apoio familiar, conforme ilustra a seguinte fala: “[...] a importância da família, de ter alguém ali pra ti buscar e saber onde procurar ajuda.” (GF4; S10.) Pode-se perceber que os(as) jovens visualizam o ambiente familiar como um espaço contraditório, onde ao mesmo tempo em que ocorrem violações que ficam invisibilizadas, é o espaço de proteção e apoio. Evidentemente, olhar para esta realidade demanda compreender o contexto heterogêneo e múltiplo do ambiente familiar. Nesse sentido, Pimentel e Albuquerque (2010) afirmam que o ressurgimento do que poderíamos apelidar de “questão familiar” não deixa, porém, de evidenciar argumentos, não apenas de foro econômico e político, mas também de caráter moral, ao apelar à estabilidade da família e às responsabilidades sociais que esta deve doravante assumir, sendo assim, esse processo tende a emergir num quadro de apelo dos poderes públicos ao suporte familiar, e à sua eficácia para concretizar missões que o Estado por si só não pode, ou não quer, concretizar, obscurecendo, no entanto, as questões de fundo, associadas às desigualdades e à garantia de equidade quando se coloca a família como o eixo central de uma política de resposta a situações de vulnerabilidade e de sofrimento social disseminado.

Mostra-se fundamental analisar o contexto familiar e as contradições presentes em suas relações contemporâneas, porém, como afirmam os autores, tal análise não pode furtar as dimensões estruturais que as juventudes vivenciam na contemporaneidade. A perspectiva adultocêntrica transcende a dimensão do núcleo familiar, uma vez que é estendida a diversas esferas da vida social impactando na construção social das juventudes e nos processos de violência que vivenciam. Nesse sentido, percebe-se, ao analisar as falas dos(as) jovens participantes da pesquisa, uma reprodução do discurso que coloca o(a) jovem como sujeito incosequente e produtor da violência:

[...], o jovem, eu acho que normalmente, os que cometem violência... [...] cobra-se demais do jovem e nem sempre tu dá as ferramentas pra eles poderem suprir toda essa expectativa. Então talvez isso... Aquela coisa, explica, mas não justifica. Explica o fato de que alguns jovens praticam a violência e acho que nessa faixa etária no jovem a gente tem mais a sensação de ser jovem, de que nada vai me acontecer... [...]. Nessa idade a gente tem muito aquela sensação de estar acima do bem e do mal. Então, tipo, eu vou ali e assalto, vou ali roubar e não vai acontecer nada. E junto com aquela... Na verdade, são situações diferentes de tu ter aquela situação de poder e tu não ter – em outros casos – as ferramentas pra tu poder crescer e trabalhar e tu poder construir a tua vida conforme a sociedade ta te cobrando. Te cobra, mas não te dá o material. Fica meio perdido. Vou pelo caminho mais fácil (GF4; S2).

A concepção do(a) jovem como pessoa incosequente, imaturo(a) e produtor(a) de violências é ampliada a partir da perspectiva adultocêntrica, e muitas vezes reproduzida na própria concepção do(a) jovem. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2014), historicamente, a juventude foi tematizada no Brasil pela ótica dos problemas sociais, como uma fase em si naturalmente patológica e transgressora. Essa compreensão, ainda hoje, está arraigada em nossa sociedade e conta com o reforço permanente da mídia na associação entre jovens com desvios e delitos. Conforme afirma Sales (2007) quase tudo que os(as) jovens questionam e produzem, assim como, praticamente, todas as formas de reação, são interpretadas socialmente como violência, já que este é um dos recursos acionados pelos múltiplos poderes da ordem burguesa. Esta visão associa as juventudes à transgressão, enfocando em jovens pertencentes a “classes perigosas”. Essa visão é direcionada especialmente para os(as) jovens que vivenciam situações de vulnerabilidade social. Diante desse contexto, ocorre um processo de (in)visibilidade, que, segundo Soares (2007) ocorre na medida em que se projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta um preconceito.

O processo de (in)visibilidade das juventudes se manifesta em todos os setores sociais, desde a família, passando pela comunidade, e chegando às políti-

cas públicas, que reproduzem as pré-concepções geradoras de processos de (in)visibilidade (SCHERER, 2013). Os(as) jovens do grupo focal relatam tais estereótipos, com relação à culpabilização, associando juventude com violência:

Eu acho que a juventude sempre vai ser a culpada. Tanto de coisas boas quanto de coisas ruins. Porque como ela falou assim: o jovem tem essa coisa, essa sede de ter a força, de se sentir forte... O jovem... Tu não vai culpar os idosos do aumento da violência. É óbvio que vai ser os jovens. Porque é a faixa etária que ta nessa fase de mudança, ta nessa fase de ter sede. [...] Então eu acho que a juventude sempre vai ser o auge de tudo. Porque é nessa fase é que as pessoas sabem que o jovem ta buscando... É o jovem que ta saindo pra festa , é o jovem que ta bebendo, é o jovem que ta fumando... Porque é a maioria que faz esse tipo de coisa. Então eu acredito que seja por isso. É o jovem que tem essa sede de fazer as coisas e é o jovem que vai fazer. Então é o jovem que vai ser sempre culpado (GF4; S6).

Conforme afirma Lacerda (2010), emerge no contexto atual uma nova condição juvenil tida como assustadora, e que vem sendo descrita em um significativo número de discursos, como constituída por seres irresponsáveis, imaturos, inconsequentes, sem limites, violentos e desinformados. Isto é, no âmbito da sociedade contemporânea, firmou-se uma vinculação, quase direta, entre a temática juvenil e as questões de “desordem social”, impondo a identificação dos(as) jovens como o grupo que necessitava ser controlado e tutelado (AQUINO, 2009). A fala do(a) jovem reafirma essa concepção, destacando o processo de satanização juvenil e, ao mesmo tempo, relacionando o(a) jovem como agente de mudança na sociedade.

Desta forma, os(as) jovens referem que, muitas vezes, a violência se constitui como uma forma de comunicação em um contexto de (in)visibilidade. Rosenberg (2006) ao se referir à violência, afirma que esta se constitui em uma trágica expressão de necessidades não atendidas e propõe um processo de comunicação não violenta, enfocando em valores, empatia e diálogo para tentar identificar as necessidades por trás dos episódios de violência e buscar novas formas de sociabilidade. É nesse sentido que alguns(as) jovens trouxeram no grupo focal narrativas que revelam que a violência pode ser utilizada como um instrumento de luta para a transformação social.

[...] Muitas vezes o jovem não tem noção de como mudar e aí parte pra violência porque acha que pode fazer isso. “Ah, eu sou jovem. Eu tenho, sei lá, to na flor da minha idade, tenho capacidade pra fazer isso e vou lá bater no cara e resolver assim”. Então eu consigo ligar nisso. Mas nem todos os jovens ligam a mudança com a violência. Tanto é que nas manifestações a gente viu: muitos jovens só lá protestando se manifestando (GF4; S5).

A narrativa do(a) jovem acima revela a percepção de que a violência pode ser utilizada como estratégia de mudança, sendo que essa percepção é reforçada por estarmos inseridos em uma cultura de violência. Para Freire Costa (1993, p. 84-5), a “cultura da violência”, é aquela que, “no vácuo da lei”, “segue regras próprias”, tornando a violência um padrão de referência familiar, corriqueiro, cotidiano. Em segundo lugar, a cultura da violência, valorizando a utilização da força, constrói uma nova hierarquia moral. O universo social simplifica-se monstruosamente entre fortes e fracos (FREIRE COSTA, 1993). Essa cultura da violência também é fomentada pela violência midiática, através da linguagem da violência que está presente no cotidiano dos(as) jovens.

A noção de “linguagem da violência” reúne ou contempla algumas das dimensões da violência como ato social, qual sejam, a violência como agregador comum – reunindo circunstancialmente indivíduos e grupos que, em sua prática, veem nela fator decisivo e partilhado de coesão, união e ação grupal – a violência fundante – base originária da constituição da ação e da interação social – e a violência como vetor estruturante – que define e conduz a conformação e a característica interna de práticas, hábitos, percepções e interações (ROCHA, 1999, p. 8).

Assim, percebe-se que as violências permeiam o contexto das juventudes entrevistadas de diversas formas, desde o modo mais explícito por meio de agressões que se evidenciam nas falas e ações, até os modos implícitos, por meio de uma representação ideológica presente nos diversos discursos que, muitas vezes, são reproduzidos pelas próprias juventudes. Mostra-se de fundamental importância considerar que a violência não se constitui como um fenômeno uniforme, mas se configura como uma relação social de violação que se caracteriza por uma pluralidade de configurações visíveis e invisíveis, percebidas no cotidiano ou naturalizada pela lógica alienante da cotidianidade. Nesse sentido, considerar o leque heterogêneo das violências demanda a percepção para suas manifestações presentes nas falas das juventudes, que ficam evidentes tanto com relação à sensação de desproteção e medo presentes na realidade juvenil, bem como, nas violências vivenciadas pelo *bullying* ou invisibilizadas pela dinâmica das relações familiares que revelam perspectivas adultocêntricas projetadas para com as juventudes e, muitas vezes, reproduzidas nas falas dos(as) próprios(as) jovens.

A reflexão sobre a violência na realidade das juventudes mostra-se fundamental a fim de buscar desnaturalizar tais violações de direitos humanos, se constituindo como um importante questionamento ético, devido à lógica presente na atual sociedade, que possibilita que tais processos de violência sejam ocultados, invisibilizados e naturalizados. Nessa perspectiva, aponta-se para um grande desafio para as políticas públicas para as juventudes, a necessidade de ampliação da segurança juvenil, bem como espaços de reflexão crítica, na perspectiva da desconstrução da naturalização da violência.

Desta forma, para as políticas públicas voltadas ao segmento juvenil, aponta-se para a necessidade de desconstruir as perspectivas diabolizadoras e (in)visibilizantes, que historicamente marcaram presença nas ações voltadas para o público juvenil. Isso é, a atual política nacional de juventude apresenta o desafio de congregar ações de proteção social, buscando enfrentar o contexto de violência vivenciado por esse segmento em seu cotidiano, bem como desconstruir práticas relacionadas a uma violência simbólica, que colocam sobre esse grupo social estereótipos que encobrem suas potencialidades. Lutar pelos direitos das juventudes significa fortalecer processos de valorização à vida, sendo esse um importante desafio ético a ser tomado por diversos setores da sociedade, na perspectiva do enfrentamento à cultura da violência presente e fortalecida pela dinâmica societária atual.

3. Considerações Finais:

A violência se constitui como um fenômeno presente na realidade dos(as) jovens de forma ampla e abrangente e experienciada de formas diversas, atravessada por questões de gênero, raça/etnia, entre outros. As falas desse segmento nos grupos focais denunciam uma conjuntura de insegurança, marcada pela afirmação da ausência de ambientes seguros. Essa afirmação aponta para a necessidade de ações no âmbito das políticas de segurança pública, uma vez que as juventudes referem que a insegurança e o medo se constituem em uma constante em seu cotidiano.

Os(As) jovens consideram o fenômeno da violência para além de agressões físicas ou formas visíveis de violência, apontando violências verbais e simbólicas como formas de violações em seu cotidiano, como o *bullying* em diferentes ciclos etários. Nesse sentido, os(as) jovens citam o ambiente familiar como espaço onde vivenciam e percebem a maior parte das violências, porém, ao mesmo tempo, afirmam, tanto por meio do grupo focal ou do questionário online, que esse espaço também se constitui como um ambiente de proteção e de apoio.

Nesse contexto, muitas vezes, as juventudes vivenciam um processo de violência simbólica, no momento em que são associados a “agentes produtores de violência”, se constituindo como uma tendência contemporânea ligadas a processos de (in)visibilidade ou diabolização desse segmento social, que, muitas vezes se constitui como tendência reproduzida pela própria juventude. Desta forma, relações de violência, independentes da sua natureza, se constituem em processos contrários à ética.

A afirmação ética é a possibilidade de resistência à coisificação do indivíduo e tentativas de anulação do outro, que caracterizam o fenômeno da violência. Essa resistência perpassa pelo questionamento e desnaturalização dos próprios processos de violência vivenciados pelos(as) jovens, em suas múltiplas expressões. Diferentes concepções de violência aparecem na literatura, o que demonstra a

complexidade do fenômeno em questão. Sendo assim, não é possível analisar a violência como um fenômeno único. No debate sobre a gênese das várias expressões de violência na sociedade, a questão do poder, autonomia e capacidade de escolha devem ser levadas em consideração, na compreensão das vias de resistência utilizadas pelos(as) jovens.

O desafio que se coloca é justamente reafirmar a importância da ética nesse campo de conflitos e diferenças, como uma possibilidade de repensar as situações, rever a própria realidade como se apresenta e como nos posicionamos diante dela, nossa consciência e responsabilidade na construção de práticas emancipatórias e de fortalecimento dos sujeitos, voltadas para a resistência aos processos de violência. Dessa forma, torna-se fundamental estudar e entender por inteiro os processos que constroem e desconstroem uma sociedade a partir do tema “violência” e suas mediações com o tema ética, bem como aponta-se para o grande desafio das políticas públicas em seu atual contexto, a necessidade de gerar proteção em uma conjuntura onde a violência se manifesta de múltiplas formas no cotidiano das juventudes.

Esses achados da pesquisa são importantes para as práticas pedagógicas, pois o *bullying* passa despercebido no cotidiano de sala de aula vivenciado pelos(as) professores(as). Se os(as) professores(as) forem capazes de identificar os processos de exclusão simbólica que os(as) estudantes jovens experienciam, poderão contribuir para o enfrentamento do fenômeno e construir alternativas de convivência pautadas pelo respeito às diferenças nas relações sociais e novos padrões de sociabilidade.

Além deste aspecto, torna-se fundamental compreender os diversos e múltiplos processos de violências que os(as) jovens vivenciam em seu cotidiano, uma vez que isso poderá contribuir para a articulação de estratégias, dentro da própria universidade e de redes de proteção, para o seu enfrentamento.

Referências

- AQUINO, L. Introdução. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. **Juventude e Política Social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- BAIERL, L. F. **Medo Social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.
- BARROCO, M. L. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Ed Cortez, 2008.
- CHAUI, M. **Uma Ideologia Perversa**. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, p. 3, 1999, 14 de março.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **A juventude brasileira precisa de política pública!** CFESS Manifesta 2014, disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1051>, acesso em junho de 2014.
- FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. rev. Campinas: Verus Editora, 2005.
- FREIRE COSTA, J. **O Medo Social**. Veja 25 Anos - Reflexões para o Futuro. São Paulo: Editora Abril, 1993, p. 83-89. 1993.
- GÓIS, J. B. H. A (difícil) produção da intersetorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 128 - 141, jan./jun. 2013, acesso em novembro de 2013.
- HELLER, A. **Aristóteles y El Mundo Antiguo**. 2º Ed. Barcelona: Península, 1998.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LACERDA, M. “Diabolização” das Juventudes: mídia, subjetividade e educação. In: **IX Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos**, 2010. Disponível em: [http://jornalnasaladeaula.com.br/_common/dados\(a\)rquivosbiblio/miriam_lacerda.pdf](http://jornalnasaladeaula.com.br/_common/dados(a)rquivosbiblio/miriam_lacerda.pdf), acesso em novembro de 2013.
- MORRISON, B. **“Bullying Escolar e Justiça Restaurativa: compreensão teórica do papel do respeito, orgulho e vergonha.”** Trad. João Morris e Clara Terra. Canberra: The Society for the Psychological Study of Social Issues, 2006. Disponível (online) em: <http://snowbirdbooks.com/images/downloads%20gratuitos/liv_justica_restaurativa.pdf#page=19>. Acesso em 21 de agosto de 2010.
- NOVAES, R. Os Jovens de Hoje: contexto, diferenças e trajetórias In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Org.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- PEPLER, D.; CUMMINGS, J.; CRAIG, W. Steps to respect for everyone by everyone. In: CRAIG, W., PEPLER, D.; CUMMINGS, J. (Eds.). **Rise Up for Respectful Relationships: Prevent Bullying**. PREVNet Series, v. 2, p. 199-206. Kingston, Canada: PREVNet Inc, 2009.
- PIMENTEL, L. G.; ALBURQUERQUE, C. P. Solidariedades Familiares e o Apoio a Idosos. Limites e Implicações. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 251 -263, ago./dez. 2010. Disponível em: [http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass\(article/viewFile/7783/5787](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass(article/viewFile/7783/5787). Acesso em: 15/07/14.

ROCHA, R. L. de M. Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 3, Sept. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 08 June 2014.

ROSENBERG, M. **Comunicação não violenta**: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais (em Português). São Paulo: Summus, 2006.

SALES, A. M. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Ed Cortez, 2007.

SCHRAIBER, L. et. al. Violência Viva: a Dor que não tem nome. **Interface. Comunic., Saúde, Educ.**, v. 6, n. 10, p. 41-54, fev. 2003, p. 41-54.

SCHERER, G. **Serviço Social e Arte**: Juventudes e Direitos Humanos em Cena. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

SOARES, L. E. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. 2º ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

WAISELFISZ, J. J.; MACIEL, M. **Revertendo Violências, Semeando Futuros**. UNESCO. Brasília, 2003

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2011**: uma radiografia das mortes violentas de nossos jovens. Centro de Estudos Latino-Americanos, 2011, disponível <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2011.php>, acesso em junho de 2014.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2013**: Mortes matadas por arma de fogo. Centro de Estudos Latino-Americanos, 2013, disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf, acesso em março de 2014.